

O que são os clássicos, por que lê-los e como trazê-los para a sala de aula?

Autor: Arthur Vinícius Feitosa Furtado

O presente texto pretende refletir sobre o que é uma obra literária clássica e por que a sua leitura é relevante para a formação do jovem do Século XXI.

Nesse passo, o dicionário Houaiss (2009, p. 163) traz as diversas acepções que o verbete “clássico” teve ao longo da história: “1 da Antiguidade greco-romana 2 que pertence ou se inspira no Classicismo 3 que serve de modelo; exemplar 4 tradicional 5 obra ou autor que constitui modelo digno de imitação (...)”.

Segundo o professor catedrático Carlos Ceia (2009), os primeiros a se preocuparem com essa questão foram os acadêmicos alexandrinos, os quais propuseram a designação de clássicos para os textos literários da cultura grega arcaica e criaram regras próprias para as obras contemporâneas que pudessem suportar tal categoria. Fixou-se, então, a ideia de clássico como obra exemplar cuja excelência é capaz de resistir ao tempo.

Posteriormente, a cultura romana garantiu a canonização da cultura grega, mas estabeleceu uma divisão social: *classicus* era o cidadão por excelência, que pertencia à primeira das cinco classes em que os romanos se dividiam. Seguindo esse raciocínio, o *scriptor classicus* era aquele que escrevia para a classe dos mais favorecidos social e politicamente e era, por isso, um escritor notável e exemplar, enquanto o *scriptor proletarius* era aquele que escrevia para as classes letradas de menor condição social e era ele próprio um indivíduo das classes baixas. Os romanos também já cultivavam a ideia que ainda hoje temos de um clássico, ou seja, uma obra que deve ser anterior a nós e constituir um modelo de referência (CEIA, 2009).

Na Idade Média, um clássico é apenas aquele que estuda numa classe e num espaço próprio para o estudo, sem que a excelência do indivíduo ou da sua obra esteja em causa (CEIA, 2009). Esta tradição não prevalece na Idade Moderna, que consagra a ideia de clássico para as grandes obras da cultura greco-romana, as quais deveriam ser respeitadas e servir como modelo de boa literatura.

Durante a época literária do Neoclassicismo, também chamado de Arcadismo, esta reverência aos clássicos greco-latinos tornou-se norma de estudo e de referência em relação à qual toda a obra de arte devia ser comparada. Nesse diapasão, o árcade português Correia Garção asseverava que: “Os Gregos e os Latinos, que dia e noite não devemos largar das mãos, estes soberbos originais, são a única fonte de que manam boas odes, boas tragédias e excelentes epopeias.” (*apud* CEIA, 2009).

O termo serviu depois para designar toda a obra que não era moderna e, ainda, como oposto de “romântico”. Nesse rumo, cabe lembrar que os árcades defendiam a submissão aos modelos clássicos advindos da cultura greco-latina. Para esses autores, o bom escritor era aquele que seguia os temas e caminhos literários já traçados e consagrados pelo cânone da Antiguidade. Porém, os

poetas românticos refutavam essa visão conservadora, valorizando o novo, a criatividade, a imaginação, a inspiração e a subjetividade. Além disso, em um momento de forte nacionalismo e de formação dos estados nacionais, os românticos estavam mais voltados para assuntos ligados ao passado de suas próprias nações, como o medievalismo europeu e o indianismo brasileiro, em detrimento dos usuais temas mitológicos e epopeicos. Essa oposição entre pró-românticos e pró-clássicos sobreviveu até a segunda metade do século XIX, quando o termo passou a significar apenas uma temática específica, segundo regras que respeitam as normas retóricas antigas (CEIA, 2009).

Depois dos românticos, assistiu-se à generalização e banalização do conceito, tornando a sua aplicação bastante difícil, ainda que permaneça a ideia de que um livro clássico seria aquele que, nas palavras proferidas por Matthew Arnold, em seu *The Study of Poetry*, é “melhor que tudo o mais” (*apud* CEIA, 2009).

No texto *What Is a Classic?*, T. S. Eliot (2014, p. 131-143) defende que só numa perspectiva histórica podemos determinar o que é clássico e que este só pode ocorrer quando uma civilização atingiu a maturidade, quando uma língua e uma literatura atingiram a maturidade e quando o seu autor atingiu a maturidade. Desse modo, para esse grande poeta e crítico literário, o clássico deve ter como qualidades a maturidade de espírito, de maneiras e de linguagem, além da perfeição do estilo médio e “compreensividade”, ou seja, deve exprimir toda a gama de sentimento que representa o carácter do povo que fala essa língua. Como se vê, os critérios de Eliot são bastante subjetivos e pessoais.

Nessa toada, Ítalo Calvino (2007, p. 9-15), também de maneira muito subjetiva, afirma que os clássicos são aqueles que “constituem uma riqueza para quem os tenha lido e amado”, os que exercem uma “influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se com o inconsciente coletivo ou individual”. Um clássico seria um livro que “nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”, que chega até nós “trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)”, sendo clássico aquilo que “persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”.

O professor catedrático Harold Bloom (1995, p. 12-13), em seu “O Cânone Ocidental”, usa o termo “canônico” no lugar de “clássico”, afirmando que o que torna canônicos o autor e as obras é a estranheza, a originalidade, a surpresa misteriosa com a qual se depara o leitor ao lê-las. Esse grande crítico literário acrescenta que a questão também é de mortalidade ou imortalidade das obras literárias, uma vez que as obras que se tornaram canônicas (clássicas) sobreviveram a uma imensa luta nas relações sociais e entre valores estéticos emanados da luta entre textos (BLOOM, 1995, p. 44).

De acordo com Carlos Ceia (2009), um clássico tanto pode ser:

uma obra antiga que persistiu pela sua excelência como uma obra ou autor que se destaca como referência fundamental na sua própria época, o que é reconhecido pela maior parte da crítica segundo critérios objetivos. Neste sentido, Fernando Pessoa e João Cabral de Melo Neto podem ser considerados clássicos na literatura de língua portuguesa. Para estabelecer algum rigor na definição da natureza do clássico, surgem então muitas reflexões teóricas sobre o conceito, sem contudo estarmos sequer próximos de um consenso geral, sobretudo quando pensamos que a classificação de clássico é hoje popularizada pela [crítica literária](#) não investigativa que, quase instintivamente, a aplica a qualquer obra ou autor que se destaque por alguma singularidade. Registre-se ainda a universalidade do conceito quando falamos hoje de um filme clássico, de um jogo clássico, de uma música que é um clássico e de música clássica, de uma corrida clássica, de um edifício clássico, de mobília clássica, etc.

Para Marisa Lajolo (1989, p. 20), pode-se conceber como clássica uma obra definida por leitores ou estudiosos do assunto como excelente, de boa qualidade, etc., independentemente do tempo e do lugar.

Assim, entendo como clássico tanto o livro que passou pelo crivo do tempo em razão de sua excelência quanto as obras que se destacam como referência fundamental de uma determinada época ou sociedade, entendimento esse que se harmoniza com o de Ceia, Lajolo e de outros autores consultados.

Definida o que é uma obra clássica, uma nova pergunta já se adianta: por que ler os clássicos? E mais especificamente: por que ler os livros clássicos na escola e por que eles são importantes para o alunado?

Sobre esse assunto, Regina Zilberman (1989, p. 116), embora critique a prevalência excessiva dos textos literários em sala de aula, reforça que a justificativa para a presença deles é a necessidade de conhecimento da história da literatura nacional, sua tradição e membros mais ilustres, bem como o estímulo à leitura e do gosto de ler. Cada obra literária, representante individual do grande acervo de livros designado como literatura, desempenha a função de mediadora entre as metas pedagógicas e a prática docente. Ela se credencia, assim, como material preferido de leitura, recebendo um privilégio condizente com a posição que detém na sociedade e na cultura.

A escritora Ana Maria Machado (2002, p. 17-24), após considerar que os clássicos universais da literatura representam os conhecimentos e tesouros acumulados pela humanidade ao longo de sua trajetória, reflete que:

Temos de herança o imenso patrimônio da leitura de obras valiosíssimas que vêm se acumulando pelos séculos afora. Mas muitas vezes nem desconfiamos disso e nem nos interessamos pela possibilidade de abri-las, ao menos para ver o que há lá dentro. É uma pena e um desperdício.
Talvez essa seja a primeira razão pela qual eu sempre quis explorar tudo o que eu pudesse nessa arca e, mais tarde, aproximar meus filhos dos clássicos. Porque eu sei que é um legado riquíssimo, que se trata de um tesouro inestimável que nós herdamos e ao qual temos direito. Seria uma estupidez e um absurdo não exigir nossa parte ou simplesmente

abrir mão da parte que nos pertence e deixar que os outros se apoderem de tudo sem dividir conosco.

Harold Bloom (1995, p. 24, 36-37) refuta a visão utilitarista de arte, ressaltando que ler os melhores escritores não vai nos tornar melhores cidadãos. Ele afirma que devemos ler os clássicos pelo mero cultivo dos valores estéticos que tal atividade proporciona e pela possibilidade de “aprender a falar a nós mesmos e a suportar a nós mesmos”, “entreviver-nos quando falamos a nós mesmos” e “aumentar o nosso próprio eu crescente”. Ler os grandes é uma chance de “diálogo da mente consigo”, de “uso correto da solidão” e de “confronto com nossa mortalidade”.

Calvino (2007, p. 11-15), embora também afirme que os clássicos não devem ser lidos por uma razão utilitarista, não deixa de fornecer algumas razões que justificariam a leitura dessas obras na atualidade e nas escolas. Para esse pensador, as leituras da juventude podem ser pouco profícuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso e pela inexperiência da vida. Porém, podem ser também formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores e paradigmas de beleza que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude. A função da escola seria a de fazer com que o estudante conheça bem ou mal um certo número de clássicos, dentre os quais (ou em relação aos quais) poderá depois, com as ferramentas obtidas ao longo de sua educação acadêmica, reconhecer os "seus" clássicos.

Como bem ressalta Zilberman (1989, p. 10), a escola é onde se conhece a literatura e desenvolve-se o gosto de ler. Ou então “estes objetivos não se concretizam, ocasionando dificuldades que rapidamente se refletem na área cultural, mas que precisam ser sanadas com a ajuda da educação”.

Destarte, resta claro que a leitura dos clássicos, a qual não exclui, por óbvio, a apreciação de textos dos mais diversos gêneros, é muito importante para a formação dos futuros leitores, uma vez que colocará estes em contato com a riquíssima herança cultural produzida por nossos antepassados, por possibilitar a construção de elevados valores estéticos, por permitir a reflexão e o crescimento individual, por fornecer modelos e paradigmas da boa literatura e, muito especialmente, por permitir que os estudantes criem o seu próprio cânone de bons livros e autores. Se a escola não cumprir com esse papel fundamental, muito possivelmente a maior parte dos educandos não terá, pelo resto de suas vidas, outra oportunidade de contato com o acervo das grandes obras universais e nacionais.

Porém, para que os educandos não se sintam massacrados pela leitura dessas obras, o docente precisa investir em *feedback*, acompanhamento adequado da leitura e formas mais criativas e participativas de avaliação.

Por meio do *feedback* junto aos alunos, pode-se perceber quais são os livros clássicos que agradam mais aos educandos e quais são aqueles que não são bem recebidos por eles. Essa consulta de opinião pode ser feita em uma roda de conversa ou por questionário. Os resultados serão usados

para guiar o trabalho do docente, que poderá privilegiar algumas obras, descartar outras, ou pensar em formas alternativas para trabalhar com obras mais complexas.

Ademais, é preciso realizar um acompanhamento permanente da leitura e não deixar para avaliar tudo em uma prova final. Em primeiro lugar, os pais precisam ser comunicados sobre a necessidade de leitura do livro, para que possam exercer o seu papel de incentivadores da educação de sua prole. No meio do prazo da leitura, o docente pode realizar atividades lúdicas, como um jogo ou a produção de uma história em quadrinhos, para verificar como vem ocorrendo o andamento dos trabalhos. Por fim, finalizado o prazo para leitura da obra indicada, pode-se realizar uma avaliação escrita, um debate, uma peça de teatro ou alguma outra produção criativa.

O importante é que leiam muito ao longo de sua vida escolar e encontrem o prazer de ler enquanto ainda estiverem na escola. Se, além disso, ainda conseguirem criar o seu próprio cânone literário, aprendendo a gostar de autores do porte de Machado de Assis, Graciliano Ramos, Oscar Wilde e Jane Austen, estaremos no melhor dos mundos e a escola terá cumprido efetivamente o seu papel de abrir a mente dos jovens, expandir a sua consciência, instigar a curiosidade e preparar as novas gerações para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOM, Harold. **O Cânone Ocidental: Os Livros e a Escola do Tempo**. 3ª edição. São Paulo: Objetiva, 1995.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. . 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CEIA, Carlos. **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. 2009. Disponível em <http://www.edtl.com.pt>. Acesso em 02/01/2020.

ELIOT, Thomas Stearns. **Ensaio Escolhidos**. 3ª edição. Lisboa: Cotovia, 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura?** 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACHADO, Ana Maria. **Como e porque ler os clássicos universais desde cedo**. São Paulo: Objetiva, 2002.

ZILBERMAN, Regina. **A Leitura e o Ensino da Literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.